

Um Plano Marshall para a América Latina

Roberto Simonsen e a tese do subdesenvolvimento latino-americano

A Marshall Plan for Latin America

Roberto Simonsen and Latin American underdevelopment's thesis

moacir de freitas junior*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.168.008>

Harry S. Truman Library (<https://www.trumanlibrary.gov/>)



O presidente Harry S. Truman concede ao general Marshall uma medalha de condecoração por serviços prestados aos EUA. Washington, 1945

RESUMO

O artigo pretende discutir as ideias de Roberto Simonsen acerca dos efeitos do Plano Marshal na América Latina e no Brasil. Simonsen foi um empresário e intelectual que liderou o segmento industrial da burguesia brasileira nos anos 1930 e 1940. Suas ideias, descritas em livros e artigos analisados neste trabalho, anteciparam conceitos econômicos que só a partir dos anos 1950 ganharam corpo no debate nacional. Inserido nas discussões sobre a industrialização no Brasil e na América Latina no período, defendia que, para que o padrão de vida se elevasse, era preciso se industrializar. Mas a proposta dos EUA para a recuperação da Europa, o Plano Marshall, teria como consequência direta a acentuação da pobreza latino-americana, na medida em que reinseria esses países na antiga divisão internacional do trabalho na qual ocupariam a posição de produtores de matérias-primas. Sua ideia era criar uma estratégia de desenvolvimento que elevaria as condições de vida latino-americanas, industrializando o Brasil e os demais países e recusando a posição de exportadores, a qual, em sua visão, não nos permitiria obter o nível de desenvolvimento econômico e social necessário para elevar o padrão de vida da população. São essas ideias que se pretende demonstrar e debater ao longo do trabalho.

Palavras-chave: Industrialização. Plano Marshall. Pobreza.

ABSTRACT

This article discusses the ideas of Roberto Simonsen about the effects of the Marshall Plan in Latin America and Brazil. Simonsen was a businessman and intellectual who led the industrial segment of the Brazilian bourgeoisie in the 1930s and 1940s. His ideas, described in the books and articles analyzed in this work, anticipated economic concepts that only as from the 1950s on would gain substance in the national debate. Inserted in the discussions about industrialization in Brazil and Latin America during that period, Simonsen defended that, in order to raise the standard of living, it was necessary to industrialize. However, the US proposal for the recovery of Europe, the Marshall Plan, would have the direct consequence of accentuating poverty in Latin America, as it would reinsert these countries in the old international division of labor in which they would occupy the position of producers of raw materials. His idea was to create a development strategy that would raise Latin American living conditions, industrializing Brazil and other countries and refusing the position of exporters, which in his vision would not allow us to obtain the level of economic and social development necessary to raise the standard of living of the population. These are the ideas we intend to demonstrate and debate throughout this article.

Keywords: Industrialization. Marshall Plan. Poverty.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, versão ampliada e revisada de trabalho apresentado anteriormente em congresso científico¹, debate a ideia do empresário e intelectual brasileiro Roberto Simonsen acerca da criação de um “Plano Marshall” para a América Latina, com o redirecionamento dos recursos financeiros alocados no esforço da Segunda Guerra Mundial para a elevação dos padrões de vida dos países subdesenvolvidos.

Pioneiro na análise, ainda que em condições intelectualmente pouco desenvolvidas em seu tempo, do conceito de subdesenvolvimento, Simonsen foi um intelectual e empresário brasileiro cujas atividades marcaram o período histórico da primeira metade do século XX, no qual o Brasil e os países da América Latina, cada um a seu tempo, adotaram esforços de industrialização com vistas a superar o subdesenvolvimento que marca a história econômica dessas nações. Sua importância intelectual pode ser verificada em diversos trabalhos, tais como os de Vera Cepeda (2007), Vieira (2010), Corsi (2010), Carone (1971 e 1977), Bielschowsky (2000), Lima (1976), Del Vecchio e Diéguez (2008), Maza (2004), Freitas Jr. (2013a; 2013b; 2017a; 2017b), entre outros.

Em sua visão, o subdesenvolvimento, que era expresso em suas obras pela questão das condições de vida, atrasava a vida e o desenvolvimento econômico e social do Brasil e dos países da América Latina, todos dependentes economicamente da exportação de matérias-primas e sem condições de gerar a riqueza necessária para seu próprio desenvolvimento. Assim, seu entendimento era o de que, enquanto persistisse a divisão do trabalho na qual cabia aos países latino-americanos o papel de exportadores de produtos primários, jamais deixaríamos de ocupar a posição de periferia do mundo. Nesse quadro, o caminho a ser seguido seria o da industrialização, que de uma só vez conseguiria racionalizar o trabalho e aumentar a produção, conseqüentemente aumentando os ganhos da classe operária, a qual por sua vez teria ampliado seu poder de compra. Daí em diante, o ciclo do capitalismo se desenvolveria, não espontaneamente, mas com o planejamento do Estado.

O autor teorizou que tais problemas eram fruto da injusta divisão do trabalho que relegava os países periféricos a um segundo plano no desenvolvimento mundial, retirando-lhes o direito de buscar a elevação de seus padrões de vida. Ademais, o final da Segunda Guerra agravou tal quadro. Ante a necessidade de os EUA fortalecerem a Europa economicamente, foi lançado o Plano Marshall, que entre outros efeitos reeditou a divisão internacional do trabalho na qual a América Latina novamente figurou em papel secundário.

De acordo com Simonsen, tal como fora concebido, o Plano Marshall visava somente à reconstrução e à recuperação da Europa, sem se ocupar dos efeitos que tal medida teria sobre a economia da AL, à qual somente restaria retomar suas características econômicas de antes da Segunda Guerra. Era necessário, pois, um “Plano Marshall” para a América Latina.

2 UM “PLANO MARSHALL” PARA DESENVOLVER A AMÉRICA LATINA

Nesse sentido, em “Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra”, de 1943, que é uma conferência proferida por Simonsen no auditório dos Serviços Hollerith, no Rio de Janeiro, o autor expôs suas ideias sobre a possibi-

¹ XXIX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (Alas), Chile, 2013. GT Pensamento latino-americano.

Enquanto persistisse a divisão do trabalho na qual cabia aos países latino-americanos o papel de exportadores de produtos primários, jamais deixaríamos de ocupar a posição de periferia do mundo. Nesse quadro, o caminho a ser seguido seria o da industrialização

lidade de, finda a Segunda Guerra, construir-se um ambiente de progresso e riqueza mundial que superasse em definitivo a pobreza e, com isso, diminuísse o que acreditava ser a causa das disputas entre os homens: as diferenças sociais.

Alerta o autor, logo de início, que apesar de parecerem fáceis as tarefas de reconstrução da economia mundial do pós-guerra, a política transcrita na Carta do Atlântico insinuava que as grandes nações desenvolvidas pretendiam retomar o controle da economia capitalista ocidental, o que as tornaria ainda mais ricas, não obstante a devastação trazida pela guerra.

Os problemas não se apresentam, todavia, sob os mesmos aspectos, nos diversos povos que alcançarão a vitória. Por paradoxal que isso possa parecer, as nações aliadas que maiores sacrifícios lograram fazer para a guerra, serão, talvez, aquelas que dela sairão mais enriquecidas (Simonsen, 1943, p. 3).

O alerta feito pelo autor fundamentava-se no fato de que as nações aliadas, especialmente os Estados Unidos, aproveitaram-se do esforço da guerra para alavancar ainda mais sua produção industrial, diversificar seu parque produtivo e lançar novas tecnologias e métodos científicos de produção e organização do trabalho. Com o término da batalha, esses países estavam aptos para assumir de imediato a liderança política e econômica do mundo capitalista.

Em contrapartida, o Brasil e os países da América Latina não conseguiram consolidar-se como nações industriais no período. Simonsen pontua que a total ausência de condições materiais para o desenvolvimento da indústria (combustíveis, indústrias de base, capitais, técnicos e outros insumos essenciais) fez com que as economias industriais nacionais progredissem menos do que poderiam.

Embora a participação no conflito tenha também trazido vantagens econômicas ao Brasil, que pôde expandir seu parque industrial e diversificar, dentro das possibilidades, a produção de gêneros menos complexos e de matéria-prima (sendo esta a parte do esforço de

guerra brasileiro), nosso crescimento poderia ter sido maior se comparado aos obtidos pelos demais países desenvolvidos (Simonsen, 1943, p. 5).

Diante de tal quadro, o autor propõe o desenvolvimento de uma política econômica para o pós-guerra no Brasil e nas nações latino-americanas que, tal como a feita pelos países desenvolvidos, considere a elevação da renda da população como o objetivo a ser alcançado.

Ao passo que, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, os estudos para a orientação da política de após-guerra se dirigem no sentido de ser mantida a renda nacional em seus níveis elevados, evitar o desemprego, afastar as causas das guerras e melhorar o aspecto econômico e social da distribuição de renda nacional pelo maior número, em nosso país, como na grande maioria das nações latino-americanas, tais estudos dever-se-ão orientar para duas indagações fundamentais: como elevar a renda nacional a um nível suficiente para atender às necessidades nacionais em harmonia com o estágio de civilização a que justamente aspiramos? E como assegurar a cada habitante do país um conjunto mínimo de recursos, capaz de lhe permitir uma existência digna (Simonsen, 1943, p. 6).

A questão, pois, era elevar a renda nacional. Simonsen explica que, para tanto, os países centrais deveriam desenvolver uma política universal de fomento econômico a todos os países ocidentais, à medida que seria de interesse universal a elevação dos padrões de vida da população mais pobre. Para esse fim, os países menos desenvolvidos deveriam propor a criação de um programa de reconstrução mundial da economia que considerasse tal objetivo.

Para que se torne mais eficiente a nossa colaboração com as nações aliadas, no período do após-guerra, num programa de reconstrução da vida mundial baseada na justiça e na paz social, temos que pleitear, com desassombro, a cooperação delas, no sentido de nos serem propiciados os meios convenientes ao rápido aumento do rendimento nacional. [...] Os nossos baixos salários e as nossas modestas rubricas de receita pública, não resultam de compressões por parte das classes patronais, ou da falta de sua contribuição para o erário público. São frutos da nossa diminuta renda nacional (Simonsen, 1943, p. 7).

Visando ao aumento do padrão de vida, seria preciso, segundo Simonsen, que a produção econômica nacional também mudasse de patamar, deixando o estágio dos trabalhos primários e agrícolas e passando para os de maior complexidade, ao passo que quanto mais simples o modo de produção, menor é a remuneração dele advinda. Nesses termos, o trabalho manual no campo teria que, gradativamente, ser substituído pelo das máquinas. Em uma palavra, o Brasil necessitava acelerar os processos industriais.

Resulta daí que se estabelece uma hierarquia de remunerações e riquezas, dentro de um mesmo país, e entre as nações. Onde a atividade social das populações é mais concentrada em trabalhos primários, a riqueza é menor, o padrão de vida é inferior. Onde o progresso evoluiu, vulgarizando na população a utilização de todos os inventos, progressos e organizações [...], o padrão de vida médio se eleva e a riqueza da nação, que em última análise é a soma da riqueza de seus componentes, atinge elevado grau na escala dos valores (Simonsen, 1943, p. 8).

Dessarte, o autor segue justificando a urgência de se elevar o padrão de vida da população, afirmando que o progresso técnico já existente não justifica mais abordagens empíricas ou pouco científicas dos problemas econômicos. Embora o bem-estar econômico não seja o fator principal, este indubitavelmente tem importância fundamental entre os valores buscados pelos humanos, uma vez que a produção e a renda individual são elemen-

tos para medirmos o progresso de uma determinada nação. Tal elevação, como já dito, só se daria pela industrialização, que deveria ser fortalecida e protegida.

É evidente, portanto, que, de ordinário, os produtos industriais fabricados em países de fraco mercado interno e não dotados de técnica avançada, de combustíveis, de transporte suficiente e facilidades de crédito, têm um custo de fabricação superior às grandes produções em massa dos países super-capitalizados. Estes países produzem para seu próprio mercado e para a soma de todos os mercados mundiais. Permitir o livre acesso dessas manufaturas, por toda parte, é asfixiar o desenvolvimento de qualquer parque industrial regional, nos países pouco capitalizados (Simonsen, 1943, p. 13).

Assim, o autor defende a adoção de medidas econômicas que equilibrassem as relações entre os países de forma a tornar mais justa a distribuição das riquezas. Simonsen argumentava que, sendo o bloco capitalista uma só unidade, seria do interesse de todos combater os focos de pobreza, que também seriam focos de descontentamento e de contestação do modelo capitalista. De acordo com o próprio autor:

Não obstante o que acima apontamos, é inegável a tendência dos países líderes para controlar a economia mundial, através de seus aparelhamentos financeiros. Ora, constituindo o mundo uma só unidade, é do interesse das nações mais ricas, combater os focos de pobreza, que são também focos de descontentamento e de revolta. Daí, as medidas de correção que se fazem necessárias, de caráter econômico e social, tanto mais justificáveis quanto são indiscutíveis as repercussões dos problemas econômicos, sobre os de ordem social e de política nacional e internacional (Simonsen, 1943, p. 16).

De fato, Simonsen percebera que, a seguir-se na política delineada pelos países centrais no pós-guerra, as nações periféricas persistiriam na condição de subdesenvolvimento.

Essa era, de fato, a preocupação do autor ao defender a adoção de um plano de reconstrução econômica também para a América Latina: evitar que a recuperação econômica dos Estados Unidos e da Europa se desse, como ao final aconteceu, às custas dos mercados consumidores dos países subdesenvolvidos

Essa era, de fato, a preocupação do autor ao defender a adoção de um plano de reconstrução econômica também para a América Latina: evitar que a recuperação econômica dos Estados Unidos e da Europa se desse, como ao final aconteceu, às custas dos mercados consumidores dos países subdesenvolvidos. Nesses termos, o autor destaca diversos equívocos que os países periféricos cometiam em detrimento de seu próprio desenvolvimento e da elevação de seus padrões de vida:

A supressão de barreiras alfandegárias, conjugada com a estabilização da moeda, priva os países que iniciam sua industrialização, de duas eventuais armas de defesa, contra uma impiedosa concorrência [...] Obter dos países ricos empréstimos para a aquisição de produtos de consumo imediato é criar um padrão de vida artificial para o país devedor. [...] Os empréstimos externos só devem ser contraídos para aplicação em empreendimentos reprodutivos. [...] Não basta, na elaboração dos tratados, uma apreciação dos valores traduzidos em moeda; faz-se mister uma apreciação qualitativa, para que se introduzam, nesses acordos, os coeficientes de correção necessários. Nada mais justo [...] que ao lado de cada tratado de comércio figure outro fixando compensações de ordem econômica para os povos e regiões de padrão de vida inferior do normal (Simonsen, 1943, p. 17).

Sendo a manutenção de uma vida digna um direito econômico da humanidade, não havia para Simonsen razão para que não se adotasse uma política capaz de distribuir as riquezas existentes entre as nações de maneira menos desigual, principalmente porque a acentuação da pobreza levaria, de acordo com o autor, à instabilidade social e até à guerra. Em outras palavras, elevar os padrões de vida, além de um direito, também serviria para consolidar o capitalismo.

É interessante notar como Simonsen, um capitalista, buscava soluções para os problemas do capitalismo — no caso, a dependência e a divisão internacional do trabalho —, contornando a crítica ao sistema e utilizando-se do comunismo como um argumento para tentar, em vão, despertar o mundo capitalista para a América Latina. Em sua visão, que detalharemos mais abaixo, a pobreza seria um motivador da luta de classes e sua diminuição; por consequência, faria arrefecer tal disputa, a qual gostaria de ver solucionada pela “racionalidade”, conceito que desenvolvemos em outros trabalhos e que nos ajuda a compreender os motivadores ideológicos que levaram o autor a tais conclusões.

Dessa forma, a proposta de Simonsen era de que os países desenvolvidos mantivessem os investimentos feitos para o esforço de guerra no combate à pobreza e na elevação dos padrões de vida dos países menos desenvolvidos.

Assim, como imperativos de ordem natural, justificar-se-ia a manutenção de parte considerável dos atuais orçamentos de guerra para combater a miséria e o atraso dos povos, o que permitirá, às nações ricas, concorrerem, decisivamente, para a elevação do nível de vida humana e para a criação de uma consciência mundial de justiça social que seria, por certo, o mais rigoroso entrave ao desencadeamento de futuras guerras (Simonsen, 1943, p. 19).

Ao Brasil e à América Latina caberiam, neste cenário, acelerar o processo de industrialização, única forma que Simonsen vislumbrava de se elevar os níveis de vida da população na escala de grandeza e de velocidade necessárias para as circunstâncias nacionais. Para



Roberto Simonsen foi um intelectual e empresário brasileiro cujas atividades marcaram o período histórico da primeira metade do século XX, no qual o Brasil e os países da América Latina, cada um a seu tempo, adotaram esforços de industrialização com vistas a superar o subdesenvolvimento

esse propósito, era necessário o desenvolvimento de uma política industrial brasileira que, partindo de estudos e dados da realidade econômica nacional, traçasse um plano capaz de elevar a produção e, por conseguinte, dinamizasse o círculo virtuoso do capital:

A observação do que se passa nas nações líderes e aqui no Brasil leva-nos à conclusão de que a rápida ascensão da renda nacional, a níveis em harmonia com a nossa grandeza e com a nossa população, só poderá ser obtida com uma intensa industrialização. Esta depende, em grande parte, de uma política nitidamente industrial, compreendida e apoiada pelos nossos grandes aliados. A meticulosa análise da geografia industrial brasileira realça a absoluta interdependência dos principais fatores de que depende essa industrialização (Simonsen, 1943, p. 20).

As inquietações do autor com a política econômica do pós-guerra ficaram mais claras anos depois, quando o projeto de recuperação econômica da Europa ficou delineado em definitivo. A preocupação principal de Simonsen, isto é, de que a ideia era a de financiar a reconstrução dos países ricos por meio dos países periféricos, concretizou-se, o que o levou a desenvolver uma série de conferências e relatórios abordando o tema, sempre tendo as condições de vida como norte.

Assim, em “O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina”, de 1947, um relatório feito pelo então Senador Roberto Simonsen para a Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, o autor debate o tema e aprofunda suas teses acerca de qual deveria ser a política econômica ideal para a parcela latina do então bloco capitalista.

Inicialmente, Simonsen discorre sobre a situação política e econômica do continente europeu e dos EUA e suas perspectivas da época, bem como sobre a URSS e o temor

Simonsen afirma que, ao contrário dos Estados Unidos e da Europa, que se aproveitaram da divisão do trabalho para, com base em uma política econômica bem definida e baseada no protecionismo, criar seus grandes parques industriais, o Brasil, mesmo sendo a vanguarda do processo de industrialização no continente latino, mantinha em relação aos EUA um atraso de 70 anos do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Essa distância era fruto direto da inexistência de uma política industrialista

de que a existência de somente dois blocos econômicos antagônicos pudesse ameaçar de alguma forma o capitalismo europeu, exposto ao ser atingido pelo “regime da coletivização” (Simonsen, 1947b, p. 4-5).

Nesse contexto, o autor defendeu a iniciativa dos EUA de propor a formação de um bloco econômico na Europa Ocidental e, principalmente, os auxílios financeiros dados aos países envolvidos no conflito, entendendo como movimento estratégico a criação do plano de recuperação:

Com a Conferência de Paris, promovida pelos países que participarão do Plano Marshall, acentuaram-se, no campo econômico, as diferenciações já existentes no campo político. Alinharam-se as nações ocidentais para a promoção de um grande movimento de cooperação econômica, com o auxílio dos Estados Unidos, passando, assim, a constituir uma união com maior abundância de capitais, maiores facilidades no suprimento de matérias-primas, maior quantidade de técnicos especializados, maiores recursos científicos, vivendo, todos, num ritmo de liberdade, em verdadeiras democracias, contrapondo-se ao bloco soviético, de feroz regime ditatorial (Simonsen, 1947b, p. 5).

O autor apresenta, em linhas gerais, o plano e os seus objetivos, o qual basicamente previa a recuperação dos países europeus ocidentais com base na importação, por estes, de todos os insumos iniciais necessários para sua recuperação, tanto matérias-primas (parte que caberia à América Latina) como produtos industrializados (parte que caberia somente aos EUA), sendo que o déficit gerado seria coberto pelo comércio com os demais países e pela conquista de novos mercados. Após isso, Simonsen vai direto ao ponto: da forma como

estava, a recuperação econômica europeia seria financiada pela pobreza dos países subdesenvolvidos, especialmente o Brasil e os demais países da América Latina.

Em relação à América Latina a execução do programa, tal como o esboça a Comissão de Cooperação Econômica de Paris, vai nos obrigar ao retorno a condições que se assemelham às que existiam no período da guerra. Seremos chamados a expandir nossas atividades extrativas, agrícolas e mineradoras, para colaborar nesse plano com a contribuição de matérias-primas e produtos semicoloniais. A produção destes artigos, em quantidades anormais, forçará os países da América Latina a deslocar seus obreiros para atividades primárias, de baixo rendimento, e sujeitas à instabilidade econômica. E o próprio Plano não prevê a manutenção, em níveis estáveis, a partir de 1951, das importações pela Europa dos produtos latino-americanos (Simonsen, 1947b, p. 11).

Em seguida, Simonsen ressalta sua luta contra a pobreza, lembrando que fez constar na Constituição de 1934 e na Conferência Panamericana de Buenos Aires, de 1936, itens que exigiam o estudo e a proposição de soluções para o aumento dos padrões de vida dos trabalhadores, na expectativa de ver crescer a consciência sobre os efeitos da miséria para a consolidação do capitalismo no continente latino.

O padrão de vida médio de nossas populações é seis vezes inferior ao nível médio das da Europa e 25 vezes inferior ao do norte-americano. E no estágio atual da civilização latino-americana, qualquer perda de substância, em matéria econômica, representará um agravamento das condições de pobreza de nossas populações. [...] Reconhecemos, entretanto, que sob o ponto de vista econômico e da defesa da política americana, é evidente o maior interesse dos Estados Unidos em conceder prioridade à reconstrução da Europa. Existem, porém, outros aspectos políticos e sociais que demonstram a necessidade de que a valorização do homem latino-americano corra paralelamente com o reequipamento do homem europeu. [...] Reequipar o homem europeu, e manter e agravar a pobreza do latino-americano, além de constituir uma injustiça social, significa, também, incorrer num grave erro de estratégia política (Simonsen, 1947b, p. 12-13).

Por fim, conclui reafirmando sua tese inicial de que a América Latina, antes de ter condições de financiar a reconstrução europeia, precisava também de um plano de recuperação, na medida em que estava em condições piores do que as então existentes naquela região. Desse modo, não haveria sentido em tal proposição, a qual, em suma, só considerava os interesses das grandes potências econômicas.

A América Latina, entretanto, não está em condições de financiar, com seus próprios recursos, parte da reconstrução da Europa. A rigor, somente as regiões de nosso continente onde a vida média fosse igual ou superior à da Europa é que poderiam fazer uma contribuição ao reequipamento da Europa, sem imediata contrapartida. Qualquer outra região, onde o nível de vida médio for inferior ao nível de vida médio europeu, não pode renunciar a qualquer parcela de poder aquisitivo, criado pela sua produção (Simonsen, 1947b, p. 13).

Nessa perspectiva, as nações latino-americanas deveriam exigir que sua participação no plano de recuperação acontecesse em outras bases, nas quais nenhum trabalho sem a devida remuneração fosse aceito:

As nações latino-americanas devem pleitear a organização de uma Comissão de Cooperação Econômica que estude os meios para tornar mais eficiente uma efetiva cooperação dessa natureza entre os países americanos, e a obtenção de auxílio norte-americano, para os seus planos de desenvolvimento econômico. [Que] sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas legítimas aspirações, para que a valorização do homem latino-americano seja propugnada simultaneamente, com o soerguimento econômico do homem europeu, a quem rendemos o nosso preito de admiração, pelas suas tradições de cultura e civilização democrática e cristã que marcadamente conformavam as instituições políticas, sociais e culturais da América Latina (Simonsen, 1947b, p. 16).

Da mesma forma, em “O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais”, uma conferência ministrada por Simonsen no Clube Militar, o autor retoma suas críticas à fórmula proposta para a recuperação do continente europeu, reforçando sua tese de que, de tal forma, a América Latina não conseguiria romper com o signo da pobreza.

Ademais, Simonsen afirma que, ao contrário dos Estados Unidos e da Europa, que se aproveitaram da divisão do trabalho para, com base em uma política econômica bem definida e baseada no protecionismo, criar seus grandes parques industriais, o Brasil, mesmo sendo a vanguarda do processo de industrialização no continente latino, mantinha em relação aos EUA um atraso de 70 anos do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Essa distância era fruto direto da inexistência de uma política industrialista (Simonsen, 1949, p. 9-10).

Retomando as linhas argumentativas de seus trabalhos anteriores, Simonsen alega que já havia proposto uma política econômica da qual o Brasil poderia tirar algum proveito para seu próprio desenvolvimento. No entanto, as posições adotadas foram opostas: ao mesmo tempo que os grandes países precisavam de novos mercados, o Brasil aceitou acordos nos quais as tarifas aduaneiras tornaram-se as menores do mundo, bem como condições de troca com outros países sem considerar nossos custos, o que só não pôs fim à ainda incipiente industrialização porque não havia, por conta da guerra, produtos suficientes para importação (Simonsen, 1949, p. 12). Tais consequências se deram devido à falta de uma política de desenvolvimento nacional.

Parece que não previmos, com realismo, as necessidades efetivas, na conjuntura internacional, do reequipamento dos nossos parques de produção, e as possibilidades de nosso intercâmbio. [...] O mal, a imprevidência, decorrem da falta de uma política econômica, da confusão e das hesitações aqui sobreviventes. Enquanto a maior parte dos povos jovens de todo o mundo toma uma posição firme e consciente, grande fração de nossas elites, mesmo espíritos cultos e honestos, se deixa levar por um perigoso romantismo, que, vencedor, nos levaria a recuar ao colonialismo e a nos precipitar no desemprego (Simonsen, 1949, p. 13).

Em relação ao Plano Marshall e a seus efeitos sobre a América Latina, Simonsen conclui que não existia a possibilidade material de bancarmos a recuperação europeia à custa da pobreza local sem que isso acentuasse ao extremo as desigualdades e, por consequência, as agitações sociais, haja vista que se tratava, em suma, de trabalho gratuito cujo custo seria retirado das poucas finanças dos países latinos, agravando a pobreza já existente.

Nós não nos manifestamos contra a execução do plano Marshall, que julgamos necessário e indispensável à restauração de grande parte do trabalho no mundo. As nossas

críticas cingiram-se à unilateralidade desse Plano organizado à revelia da América Latina, aos desequilíbrios em nossa estrutura econômica e social que ele irá provocar e ao conseqüente retardamento de nosso desenvolvimento econômico pela manutenção indefinida de nossa estrutura semicolonial. (Simonsen, 1949, p. 20).

O autor alerta para a possibilidade de se aumentar os níveis de pobreza latino-americanos caso não fossem adotadas medidas de proteção e de aceleração do desenvolvimento econômico desses países, dado que, pelo caminho das exportações de matérias-primas, mesmo em escala industrial, não seria possível romper com o subdesenvolvimento.

A execução do Plano Marshall demonstra, assim, a necessidade de um novo critério, que é, em verdade, revolucionário, em que medidas de ordem política e de ordem social condicionem a solução de problemas de ordem econômica. Realmente, a marcha “normal” do desenvolvimento dos povos levaria a desníveis econômicos cada vez maiores na órbita internacional, onde os países ricos ficariam cada vez mais ricos e os países pouco desenvolvidos teriam apenas um progresso lento e ilusório, constituindo-se em focos permanentes de agitações sociais de toda sorte (Simonsen, 1949, p. 25). Simonsen também alerta para o fato de que o agravamento da pobreza seguramente traria um aumento das agitações sociais e a impossibilidade de o Estado financiar todas as demandas sociais já existentes, por absoluta falta de recursos para tanto.

Assim como a linha Marginot falseou a situação psicológica da defesa da França, a simples reconstrução da Europa Ocidental funcionará como nova Marginot na defesa da civilização ocidental, pois que os povos da América Latina — elemento essencial para uma defesa em profundidade da manutenção da civilização ocidental em sua plenitude — não poderão suportar, indefinidamente, os baixíssimos índices de vida que atualmente usufruem, sendo-lhes, ao mesmo tempo, exigida uma super-estrutura política e militar, cujo peso eles não podem sustentar pela debilidade de suas bases econômicas. Não considerar esta situação será concorrer para a evanescência de largo setor da retaguarda (Simonsen, 1949, p. 25).

Vale, a esta altura, ressaltar que Simonsen tinha conhecimento de outros conceitos sobre o subdesenvolvimento que só restariam mais claros e desenvolvidos cientificamente anos depois, quando a Cepal lançou a tese do subdesenvolvimento da América Latina, da insuficiência da política de trocas e da necessidade de substituição das importações, primeiro com Prebisch (1949) e depois com Celso Furtado (1987).

Ainda que sem toda a elaboração teórica da Cepal, Simonsen compreendeu de modo pioneiro o essencial: não haveria como romper com o subdesenvolvimento sem industrialização. Contudo, a industrialização dos países periféricos não estava na pauta das grandes potências, para as quais a posição de dependentes e exportadores de matérias-primas era a ideal para a América Latina e para o Brasil em especial. Por isso, o autor, nessa série dedicada às conseqüências do Plano Marshall para o conjunto dos países latinos, conclui os raciocínios feitos anteriormente sobre o efeito político da pobreza nas relações entre classes e a necessidade de o Brasil adotar um caminho diferente na condução de sua economia procurando manter os esforços de equilibrar as desigualdades sociais. É de se notar que Simonsen não nega as contradições de classe, mas as associa diretamente com a pobreza e a baixa produção industrial, que via agravadas caso a política de recuperação europeia se firmasse

com base nas premissas anunciadas, as quais na prática seriam um retrocesso para o projeto industrialista que ainda se consolidava, não obstante estivesse mais bem desenvolvido do que anteriormente.

Esse componente político das condições de vida retornará com mais clareza em outras três obras do autor, nas quais Simonsen claramente expõe seu temor de que o acirramento da luta de classes poderia atrair para o Brasil o “perigo comunista”. Nesse sentido, portanto, equilibrar as desigualdades tornara-se, além de fundamental, urgente.

3 A POBREZA E O “PERIGO COMUNISTA”

No texto “Sugestões para uma política econômica pan-americana: problemas do desenvolvimento econômico latino-americano”, exposto por Simonsen no Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria em 1947 e publicada somente em 1958, Simonsen detalha suas propostas de uma política econômica para a América Latina que permita a elevação dos níveis de vida da população. Logo de início, faz uma análise sobre a Doutrina Truman e o Plano Marshall, a fim de afirmar, após reconhecer que o segundo tinha um viés mais estratégico do que o primeiro, que ambos não se dedicaram a atacar o que entendia ser a causa do avanço do movimento comunista no mundo: a pobreza. Para o autor, ambas as ações americanas pecavam por não possuírem uma proposta mundial para a elevação dos padrões de vida, dedicando-se, tal como a Doutrina Truman, a ações de pressão contra os ideólogos comunistas ou, como no Plano Marshall, a retomar o crescimento econômico da Europa em detrimento das demais regiões do mundo. Entretanto, o mais eficiente, em sua visão, seria alterar as condições econômicas dos povos, retirando, com tal ação, o campo de atuação da ideologia comunista.

O objetivo [do plano Marshall] era, através do reerguimento econômico do Continente Europeu, restaurar os padrões de vida e os níveis de prosperidade de antes da guerra. Na reabilitação dos níveis de produção e de consumo, porém, se encontrava o meio de assegurar a ordem e a paz ameaçadas. [...] Em lugar de atuar nos efeitos opera nas causas; em vez de procurar alterar, antes de tudo, a orientação das tendências político-sociais visa mudar, preliminarmente, as condições econômicas (Simonsen, 1947c, p. 66).

A ideia, então, seria a construção de um Plano Marshall para todo o mundo ou, não sendo possível, ao menos um plano para a América Latina. No entanto, Simonsen constata que a ideia construída pelos países centrais era refazer a economia europeia reeditando a antiga divisão internacional do trabalho, uma vez que caberia aos países periféricos o fornecimento de matérias-primas, em detrimento, portanto, dos avanços industrialistas efetuados.

O papel que a Europa desempenhava antes da guerra não pode ser restabelecido na mesma base, a não ser que se pretenda restaurar, em detrimento da evolução estrutural ocorrida em certas áreas, o sistema de relações econômicas internacionais anterior ao conflito. [...] Os países latino-americanos não podem encarar com simpatia o retorno a um tipo de intercâmbio que não corresponde mais à natureza de suas economias. Tal retrocesso não só não atende aos interesses desses países, como também da própria economia mundial como um todo, de vez que importaria numa redução da produtividade regional e mundial (Simonsen, 1947c, p. 68).

Ainda que sem toda a elaboração teórica da Cepal, Simonsen compreendeu de modo pioneiro o essencial: não haveria como romper com o subdesenvolvimento sem industrialização. Contudo, a industrialização dos países periféricos não estava na pauta das grandes potências, para as quais a posição de dependentes e exportadores de matérias-primas era a ideal para a América Latina e para o Brasil em especial

O autor segue no desenvolvimento de suas ideias, associando mais claramente a defesa do continente americano contra os comunistas ao combate direto à pobreza. Assim, sem a diminuição das desigualdades sociais e sem o aumento da produção de riquezas, do consumo e do crescimento econômico, os planos de defesa para a América Latina teriam, a seu ver, efeito inócuo.

Em suma, é lícito afirmar que nenhum plano de defesa do Continente Americano se pode dissociar de um plano de desenvolvimento econômico. Os objetivos políticos, aqui talvez mais do que na Europa, supõem em primeiro plano a consideração dos problemas econômicos (Simonsen, 1947c, p. 71).

Tal investimento não poderia ser feito pelas forças próprias desses países, já muito fragilizados. O ideal seria que a contrapartida pelo esforço a ser feito pela Europa fosse um plano de progresso para a América Latina, com vistas a equiparar os níveis de vida daqui aos da Europa, equilibrando as desigualdades e, por consequência, as relações econômicas.

O desenvolvimento dos países de economia incipiente é a contrapartida necessária da reconstrução europeia. Todavia, nesse desenvolvimento distinguem-se dois aspectos: o de renovação e ampliação, em que se procura, atingindo os padrões que teriam sido alcançados não fossem as perturbações do conflito mundial, retomar o fio do desenvolvimento; e o de desenvolvimento propriamente dito, em que se buscaria acelerar o ritmo de capitalização, de modo a conseguir uma produtividade que assegure padrões de vida comparáveis aos padrões médios nos países europeus (Simonsen, 1947c, p. 73).

Todavia, quais seriam, afinal, as medidas a serem adotadas? O autor demonstra uma série de dados históricos e de gráficos de crescimento industrial do Brasil e apresenta suas propostas. A primeira delas seria um investimento direto na ampliação dos parques industriais latino-americanos, que cresceram durante a guerra, a fim de compensar a queda na

produção agrícola (Simonsen, 1947c, p. 73-86). A outra proposta era um plano para elevar a capitalização e o nível de vida da população. Simonsen apresenta uma série de cálculos e simulações que o levam a concluir que, sem a adoção de medidas específicas de aceleração desses fatores, levaria em torno de 20 anos para que o padrão de vida dos brasileiros atingisse o nível europeu. Ademais, a diferença entre o nível de vida brasileiro em relação aos demais países é explicação suficiente para convencer sobre a necessidade de se adotar um plano estratégico para o desenvolvimento das economias nacionais periféricas.

A título de exemplo, em 1940, a renda *per capita* do Brasil equivalia a 10% da mesma renda da Suíça, 12,7% da Suécia, 14,8% da Dinamarca e 34,8% da Polônia (um dos mais pobres países europeus). Em relação aos demais países ocidentais, as diferenças eram ainda mais gritantes: 10 vezes menor que a dos Estados Unidos e 8,8 vezes menor que a do Canadá, bem como três vezes menor que a da Argentina, que também era pobre em relação aos demais. O mesmo cenário se aplicava aos demais países latinos, todos com renda *per capita* maior que a brasileira (Simonsen, 1947c, p. 92).

Por consequência, os níveis de consumo também eram extremamente baixos. No que tange à alimentação, na média geral, os brasileiros de 1940 consumiam apenas 60% do mínimo de calorias necessárias à sua própria manutenção, indicando quadro de subnutrição; quanto ao vestuário, consumíamos cinco vezes menos do que os norte-americanos, com o agravante de que nosso consumo era de tecidos grosseiros, com baixa tecnologia de produção.

No campo da habitação, de igual forma, nossos padrões eram distantes dos demais países: havia aqui um excedente de 30% em relação aos dormitórios disponíveis, o que equivale a distribuir três indivíduos por cômodo. A necessidade, naquela época, era construir oito milhões de casas novas, substituindo parte das antigas, que não tinham condições sanitárias. Devido às condições de vida dos trabalhadores, enquanto a vida média nos Estados Unidos era de 64 anos em 1940, a brasileira era de 49 anos em São Paulo e de apenas 30 anos em Recife (Simonsen, 1947c, p. 95).

Diante de tal quadro, conclui que, sem haver uma estabilidade econômica, que incluía melhores condições de vida às classes trabalhadoras, não seria possível conquistar a estabilidade política. Assim, com a permanência das desigualdades sociais, não haveria como evitar o avanço das ideias comunistas, na medida em que a consciência sobre a situação de miséria em que se encontravam as classes populares não permitia mais a sequência de tais circunstâncias.

Há uma correlação entre a estabilidade política e as condições de vida. As instituições democráticas só funcionam plenamente onde são elevados os padrões de vida e, inversamente, onde esses são baixos predomina a inquietação política, a instabilidade dos governos e a contínua violação dos direitos fundamentais. [...] Tais agitações, contudo, tinham um caráter local e não chegavam a abalar a ordem social. Hoje, com a crescente consciência que as massas adquirem de sua própria miséria, elas se tornam extremamente perigosas à ordem social interna. (Simonsen, 1947c, p. 105).

Nestes termos, o Plano Marshall, tal como colocado, significaria a rigor um retrocesso econômico à América Latina e especialmente ao Brasil, uma vez que retornaríamos à condição de dependência das economias estrangeiras.

No caso do Plano Marshall, ainda mais justificadamente, não tem cabimento a tese de que as economias latino-americanas se beneficiarão com o aumento das exportações. Em primeiro lugar, porque grande parte delas será sem contrapartida e em segundo

lugar, porque na atual situação inflacionária o aumento das exportações, no tipo previsto pelo Relatório de Paris, representa uma redistribuição de fatores de produção, cujo efeito é uma redução da produtividade e, portanto, do desenvolvimento. Em conclusão, o aumento das exportações da América Latina exige um correspondente plano de desenvolvimento, sem o qual se reduzem de imediato os níveis de consumo interno e mediatamente a própria capacidade de exportação (Simonsen, 1947c, p. 106).

Para que a recuperação da Europa surtisse o efeito necessário, portanto, era preciso um plano universal de recuperação econômica e de combate à pobreza, diminuindo as desigualdades econômicas.

A América Latina é uma área de economia incipiente, em fase de desenvolvimento, e só pode encarar os planos internacionais de após-guerra através de seus efeitos no seu próprio crescimento, já retardado. Não pode haver equilíbrio duradouro nas relações econômicas internacionais enquanto subsistirem as disparidades gritantes entre os níveis de produtividade das diversas áreas do mundo. O desenvolvimento dos países de economia incipiente é a contrapartida da reconstrução europeia, porque, nas condições atuais, um aumento das exportações, sem incremento dos capitais reais, significaria certamente uma diminuição da produtividade (Simonsen, 1947c, p. 110).

Nesse contexto, ao perceber que o Plano Marshall não buscava a criação de uma justiça mundial e sim recriar as condições da divisão internacional do trabalho existentes antes da Segunda Guerra, procurou posicionar-se de maneira que também a questão social da América Latina fosse notada. Daí parte sua preocupação de alertar para o tema mesmo antes do fim oficial do conflito, como o fez em “Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra”, visto acima, e nas demais obras, nas quais seu balanço acerca do Plano Marshall é o mesmo: ao prosseguirem as condições acordadas, haverá retrocesso econômico na América Latina, abrindo espaço para toda sorte de agitações sociais de cunho comunista, tendo em vista que esses, na visão de Simonsen, aproveitavam-se da miséria para difundir sua ideologia. Em um mundo com menos miséria e mais igualdade, o autor acreditava que seria mais difícil o combate ideológico com o capitalismo.

Mais do que uma questão de ordem ideológica, a preocupação do autor era, de fato, a possibilidade real de as classes trabalhadoras brasileiras se rebelarem contra as condições a que estavam submetidas, na medida em que, como o próprio Simonsen alertara anteriormente na obra “Sugestões para uma política econômica pan-americana”, a cada dia crescia a consciência sobre sua real situação, o que exigia a adoção de políticas sociais imediatas a fim de diminuir as desigualdades.

Outrossim, Simonsen reforça sua opinião sobre a relação entre a extensão da pobreza e o avanço dos comunistas no discurso intitulado “As classes produtoras e o Partido Comunista”, proferido no Senado Federal em 2 de junho de 1947, no qual, ao defender a decisão do Supremo Tribunal Federal de cassar o registro do então Partido Comunista do Brasil, associa, tal como fez em outras oportunidades, os baixos padrões de vida e o desequilíbrio entre as classes como catalisadores do “marxismo”:

Sem embargo, explico e compreendo, Sr. Presidente, a razão de ser do surto das ideias marxistas. Na luta eterna pela liberdade, em que o homem ininterruptamente se vem empenhando através dos tempos, pareceu a muitos tê-la alcançado com as conquistas

liberais do século XVIII. Essas conquistas, porém, impregnadas de um excessivo individualismo, agravaram, na ordem econômica, a diferenciação de classes e a compreensão dos fracos pelos fortes. Quando Karl Marx observou as lutas de classe na Inglaterra, perduravam, incontestavelmente, há muito tempo, ásperas condições de comando patronal. E, não obstante a conceituação científica de que procurou lançar mão e a sua fulgente inteligência, deixou-se ele influenciar pelas impressões dominantes do ambiente em que viveu, vindo, assim, a construir a sua doutrina com dados nitidamente circunstanciais (Simonsen, 1947a, p. 3).

Assim, para o autor a doutrina marxista só encontraria eco em um ambiente de desigualdades, de discrepâncias materiais muito fortes, no qual a miséria impedisse a realização dos princípios da liberdade e da justiça. Em um meio em que imperasse a justiça social, seria muito mais difícil ao comunismo encontrar argumentos em sua defesa.

Não é admissível que possa haver a exploração do homem pelo homem. Justiça e Liberdade são conceitos que se irmanam e completam. A possibilidade de coação econômica tende a desaparecer em função das afirmações da justiça social, que se inspira numa perfeita conciliação de meios e fins, nos superiores princípios da moral cristã. A mística comunista apresenta-se sensivelmente diminuída onde se pratica a justiça social (Simonsen, 1947a, p. 3).

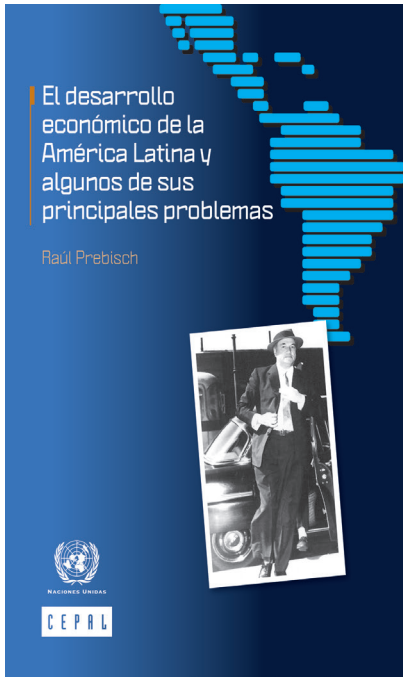
Diminuir as desigualdades, portanto, era o objetivo de Simonsen, seja para consolidar o capitalismo industrial brasileiro, seja para harmonizar as relações entre as classes, afastando o comunismo, o qual, segundo Simonsen, sustenta-se exatamente da exploração política da miséria dos povos. Se a miséria não existisse ou fosse amenizada, a seu ver, o campo para a atuação política do marxismo estaria diminuído. Para tanto, era necessário, além do equilíbrio material propriamente dito, apoiarmo-nos na doutrina da justiça social, que seria a conciliadora dos conflitos.

4 UM “DIREITO INTERNACIONAL SOCIAL” PARA ELEVAR AS CONDIÇÕES DE VIDA

Por fim, em “A doutrina Simonsen de um direito internacional social”, de 1948, publicada em espanhol em 1955 pela Fiesp, o autor retoma os argumentos anteriores acerca de um plano de recuperação econômica mundial nos moldes do Plano Marshall. Agora, seu objetivo era defender a teoria da justiça social como forma de equilíbrio político e material entre as classes sociais e os indivíduos.

Infelizmente, “A doutrina Simonsen” é uma obra inacabada, pois o autor faleceu antes de concluí-la. De toda forma, o fragmento existente, publicado anos depois da morte do autor, aponta as linhas gerais do que seria a ideia de criar mecanismos de compensação entre as nações que pudessem elevar o padrão de vida das classes trabalhadoras e reduzir as desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Partindo dos pressupostos já analisados nas obras anteriores de que a ideia do Plano Marshall deveria estender-se a todos os países do bloco ocidental, Simonsen reafirma suas críticas aos tratados internacionais que, se bem compensados em seu formato jurídico, acentuam as disparidades entre os povos ao não prever compensações que permitam equiparar as nações em seus níveis de vida.



Sob a liderança de Raúl Prebisch (1901-1986), formou-se gradativamente um pensamento econômico latino-americano, cujo marco inaugural foi a apresentação de *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*, conhecido como “Manifesto latino-americano”, na Conferência de Havana em 1949

La experiencia de los últimos tiempos revela que tanto en la elaboración como en la ejecución de los acuerdos económicos internacionales entre las naciones altamente desarrolladas y otras de desenvolvimiento incipiente, la igualdad jurídica teóricamente existente entre las partes contratantes, no se traduce, de hecho, en ventajas equivalentes del punto de vista económico y social (Simonsen, 1955, p. 1).

Tal disparidade acontecia porque entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas existia uma diferença fundamental: a natureza de sua produção. Enquanto as mais desenvolvidas produziam há tempos e em larga escala produtos manufaturados os mais variados, as economias dos países periféricos baseavam-se na produção e exportação de matérias-primas e de produtos cuja produção não primava pela complexidade. Eram, em geral, trabalhos manuais ou com poucos recursos de produção embutidos.

O resultado desse desequilíbrio era que quando das compensações de comércio internacional, para se atingir a equivalência entre os produtos, o esforço a ser feito pelos países subdesenvolvidos era enorme, uma vez que o valor agregado dos manufaturados era muito maior do que o das matérias-primas. Em verdade, a equivalência jamais é alcançada e as relações de comércio são controladas pelos países centrais, que podem decidir o quanto importar, enquanto aos países exportadores tal direito não é concedido: ou vendem suas matérias-primas aos países centrais ou não têm como financiar suas próprias economias.

Era esse o princípio da divisão internacional do trabalho de antes das guerras e que Simonsen pressentiu que seria reeditada com o advento do Plano Marshall caso se restringisse sua atuação à Europa, como de fato ocorreu. O próprio autor explica sua percepção sobre tal contradição.

Podemos considerar que en el orden internacional hay una diferencia jerárquica entre las naciones, la cual corresponde a la estructura y al papel desempeñado por la economía de cada una de ellas en las relaciones internacionales. Se verifica que esa escala jerárquica va desde los países altamente desenvueltos, intensamente industrializados, productores y exportadores de mercaderías de alto tenor técnico y económico, hasta los países predominantemente agrícolas, de economía incipiente, productores y exportadores de bienes de baja densidad económica. Los primeros, en virtud de esas condiciones, disfrutaban de altos niveles de vida; en contraposición, los segundos presentan índices ínfimos. [...] Por otro lado, los precios de los productos primarios no son, de ordinario, influenciados por los países productores, son dictados por los países manufactureros (Simonsen, 1955, p. 3-4).

Para inverter tal situação, partindo do pressuposto de que, pelo mecanismo de trocas, não seria possível, como comprovado anos depois pela Cepal, promover o desenvolvimento dos países periféricos, Simonsen propunha a promoção da igualdade real entre os povos, nivelando os padrões de vida dos países periféricos aos centrais, por meio do incremento da produção industrial, o que, por consequência, elevaria a acumulação de capital pelas nações menos favorecidas.

La concretización de una efectiva igualdad, que se manifiesta en ventajas equivalentes para ambas partes, tendría que ser orientada en la oferta de oportunidades concretas de desenvolvimiento que no solo compensasen las desventajas actuales como proporcionasen, además, de la expansion del comercio mundial, la progresiva elevación de los niveles de vida en las áreas atrasadas (Simonsen, 1955, p. 6).

A ideia, pois, seria a criação de um Plano Marshall para todo o mundo, como já vimos, com o claro objetivo de promover o desenvolvimento dos países que até então não haviam conseguido se libertar da pobreza. Contudo, Simonsen faz questão de destacar que não se tratava de ajuda humanitária ou filantrópica, mas sim de uma estratégia de desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que elevaria as condições gerais de vida dos povos latino-americanos e outros em igual condição, diminuiria por consequência as desigualdades sociais. Era, logo, como bem chamou o autor, uma política social internacional.

Esa política social — guardemos el nombre por su contenido ético — no és, sin embargo, una política de carácter meramente filantrópico, és un imperativo para el equilibrio económico del mundo y para el propio bien estar de las naciones mas poderosas. [...] Ao derecho social que visa instituir las bases de una racional política distribuidora dentro de las fronteras de cada país, deve corresponder, pues, una Política internacional Social que pueda promover, por medio de una distribución mas equitativa de los médios de producción, la eliminación de las barreras que impiden difundir la prosperidad en el mundo (Simonsen, 1955, p. 12).

Como dissemos acima, “A doutrina Simonsen” não foi terminada. No entanto, os elementos dispostos pelo autor, somados aos já aqui debatidos, possibilita a análise de suas intenções, e descobertas, ao discutir os mecanismos de compensação internacionais e a total disparidade existente entre eles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roberto Simonsen foi uma das maiores lideranças burguesas da primeira metade do século XX, bem como um dos notáveis intelectuais do período, antecipando, em seus escritos, teses, artigos e livros, ideias sobre a economia e a política do Brasil e da América Latina que anteciparam grandes pensadores e ideólogos os quais desenvolveram o campo de ideias denominado nacional-desenvolvimentismo, consolidado anos após a morte do autor, em 1948.

Ademais, o centro de suas ideias baseava-se na produção, haja vista que seu entendimento era o de que a pobreza não era algo inerente ao Brasil e nem fruto de sua formação, isto é, algo insuperável, mas um resultado da baixa produtividade de riquezas de nossa economia. Desse modo, sua luta foi pela obtenção de modos de aumentá-la. Foi com base nessa

A realidade demonstrou que a luta de classes, tão renegada por Simonsen, não foi e nem poderia ser evitada. Entretanto, tal constatação em nada diminui a importância histórica e sociológica do autor

certeza que se lançou na luta pela industrialização e pela melhoria das condições de vida do Brasil e da América Latina.

Ressaltamos a importância que Simonsen emprestava ao tema da justiça social, buscando mecanismos que aliviassem a desigualdade entre as classes dentro dos limites do capitalismo. Essa inquietação do autor era, a nosso ver, fruto da própria circunstância política da época, marcada pelo auge da Guerra Fria entre os EUA e a então URSS, cujos efeitos reverberaram por todo o mundo.

Por outro lado, é importante notar a proximidade das ideias desenvolvidas por Simonsen nessa última etapa, especialmente nas obras relativas ao Plano Marshall e à justiça social, com os conceitos que Prebisch (1949) desenvolveu a partir do lançamento do Manifesto da Cepal. Na obra, o autor debate parte dos conceitos anteriormente analisados por Simonsen, especialmente os da divisão internacional do trabalho e dos mecanismos de troca, tema já trabalhado com maior rigor por Cepeda (2004 e 2007), nos quais se discute como Simonsen antecipou a teoria do subdesenvolvimento, outra marca do pensamento econômico latino-americano a partir de 1950.

Temos aqui, novamente, expostas as hipóteses utilizadas por Simonsen para defender suas teorias sobre as condições de vida e a importância do projeto industrialista. Ao mesmo tempo, em movimento dialético, a superação da pobreza somente se daria com o advento da industrialização desde que essa, de fato, trouxesse consigo um aumento real na produção, elevando ao mesmo tempo os ganhos do capital e do trabalho. Logo, industrialização e superação da pobreza são parte de uma mesma teoria “simonseniana”, uma vez que foi desenvolvida de forma a identificar o objeto a ser estudado (as condições de vida), as suas causas e efeitos (a pobreza) e os seus modos de superação (a industrialização).

A diferença, pois, é que, sendo parte do projeto industrialista, nos termos já debatidos, essa “teoria” iniciou-se pelo fim, mas não sem antes haver a constatação de que, nas condições de miséria em que se encontrava a população, e sem o desenvolvimento de meios próprios para sua superação, nenhum projeto haveria de se sustentar. Foi com base nessa certeza que Simonsen lançou-se, na posição de principal líder da burguesia industrial nacional, na luta pela industrialização e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do Brasil.

Dessa forma, a realidade demonstrou que a luta de classes, tão renegada por Simonsen, não foi e nem poderia ser evitada. Entretanto, tal constatação em nada diminui a importância histórica e sociológica do autor, no geral, nem especificamente de sua preocupação

com a condição de vida dos trabalhadores, a qual, para além de uma visão paternal, como coloca Carone (1971), tornou-se o centro de sua ação intelectual e prática.

A industrialização não seria o fim e sim o meio pelo qual o Brasil poderia aumentar sua renda *per capita* e, com isso, mudar de patamar econômico, tal como fizeram os países centrais. A linha, logo, era combater a pobreza e melhorar as condições de vida. Por todo o exposto, entendemos ser relevante nos debruçarmos sobre as ideias de Roberto Simonsen e sobre essa passagem em especial, que reúne importantes colocações, conceitos do autor para o desenvolvimento do Brasil.

* Doutor em Ciências Sociais pela Unesp de Araraquara, é professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: mfjr@ufu.br.

► Texto recebido em 06 de julho de 2023; aprovado em 16 de outubro de 2023

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CARONE, Edgard. Roberto C. Simonsen e sua Obra. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 4, n.11, p. 23-28, dez. 1971.
- CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.
- CEPEDA, Vera. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses**. 2004. 266f. Tese. (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- CEPEDA, Vera. **Estado, Democracia e Nação na teoria do subdesenvolvimento**. 2007. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Economia Política, junho de 2007. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/_861_d4b012a6ed845f6bac443e6cd55e34a7.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2009.
- COLISTETE, Renato Perim. A força das ideias: a Cepal e os industriais paulistas na primeira metade da década de 1950. **História Econômica & História de Empresas [s. l.]**, v. 10, p. 123-153, 2006.
- CORSI, Francisco; CAMARGO, José (org). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.
- DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo. Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2008.
- FREITAS JR., Moacir. **O industrial e o salário: a contribuição de Roberto Simonsen para os estudos sobre o padrão de vida dos trabalhadores no Brasil**. 2013a. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista — Unesp, campus de Araraquara.
- FREITAS JR., Moacir. Desenvolvimento Econômico e condições de vida: a força de uma ideia e uma ideia força na obra de Roberto Simonsen. **Publicatio UEPG Appl. Soc. Sci.**, Ponta Grossa, v. 21, n. 2, p; 161-172, jul./dez. 2013b. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- FREITAS JR., Moacir. **I Congresso Brasileiro da Indústria: marco da construção da hegemonia dos industriais brasileiros**. Trabalho Apresentado no XVIII Congresso da SBS, 2017a, [Brasília, DF]. Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0399-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- FREITAS JR., Moacir. **I Congresso da indústria de 1944: um marco na consolidação da hegemonia da burguesia industrial brasileira**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 41., 2017b, Caxambu. Anais. Caxambu, 2017. Disponível em: www.anpocs.org.br. Acesso em: 14 fev. 2019.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- LIMA, Heitor Ferreira. **Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LIMA, Alceu Amoroso. **O problema do trabalho (Ensaio de Filosofia Econômica)**. Rio de Janeiro: Agir, 1942.
- MAZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação**. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.
- PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, 1949.
- VIEIRA, Rosângela de Lima. A presença da história no pensamento de Celso Furtado. In: CORSI; Camargo (org). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010, p. 41-52.
- SIMONSEN, Roberto. **A situação econômica da América Latina e suas possibilidades em face do Plano Marshall** (Contribuição para conferência interamericana de Bogotá). São Paulo: Departamento de Economia Industrial, 1948.
- SIMONSEN, Roberto. **Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra: geografia e política industrial**. São Paulo: Fiesp, 1943.
- SIMONSEN, Roberto. **As classes produtoras e o Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1947a.
- SIMONSEN, Roberto. **La doctrina Simonsen de un derecho internacional social**. São Paulo: Fiesp; Ciesp, 1955.

SIMONSEN, Roberto. **O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1947b.

SIMONSEN, Roberto. **O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1949.

SIMONSEN, Roberto. **Simonsen e a operação pan-americana.** São Paulo: Ciesp; Fiesp, 1958.

SIMONSEN, Roberto. **Sugestões para uma política econômica pan-americana : problemas do desenvolvimento econômico latino-americano.** Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1947c.